



UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS  
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE  
**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTEGRADO**  
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA  
CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTEGRADO**

RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA  
CONTÁBIL

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR  
MONTANHEIRO

ESTUDANTES:

Janaina Aparecida da Silva, RA 1012020100121

Maxuel Augusto dos Santos, RA 1012022100400

Maycon Donizeti de Almeida, RA 1012019200082

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. PROJETO INTEGRADO</b>	<b>4</b>
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	4
2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	4
2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	16
2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	24
2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL	26
2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	28
2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	28
2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS	30
2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS	31
<b>3. CONCLUSÃO</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>40</b>

# 1. INTRODUÇÃO

O presente projeto tem por finalidade elucidar as características e tópicos da Auditoria Contábil e da Perícia Contábil e as suas atuações dentro do mundo corporativo e contábil, tendo em vista o seu papel a ser desempenhado.

Tendo em vista a sua importância e relevância dentro do mundo contemporâneo, a Auditoria Contábil, faz-se cada vez mais necessária dentro das organizações, uma vez que todas as organizações procuram evidenciar a veracidade das informações que são apresentadas em suas demonstrações contábeis.

Por sua vez, a perícia contábil é de suma importância no desempenho do seu papel, visto todas as necessidades do mundo contemporâneo e nos seus diversos assuntos e na sua complexidade de assuntos, dentre eles os contábeis.

Neste projeto veremos as estruturas dos relatórios que ambas as funções utilizam, como eles se desenvolvem e a sua melhor forma de implementação e interpretação.

## **2. PROJETO INTEGRADO**

### **2.1 AUDITORIA CONTÁBIL**

A auditoria contábil é a de análise da situação financeira da empresa. Ela permite atestar a precisão dos registros contábeis, identificar falhas de controle ou mesmo fraudes e irregularidades na gestão. Esse processo é realizado a partir do exame de documentos contábeis e de inspeções internas, contando ainda com a apuração de informações junto a fontes externas, como colaboradores de outros setores.

Podem ser auditados o fluxo de caixa, o balanço patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício (DRE). Após a auditoria, o profissional é capaz de apresentar ao empreendedor um parecer relevante sobre a realidade financeira do negócio, com segurança e transparência. Assim, o gestor conhece não só os problemas do negócio, mas também suas causas e consequências, além de receber do auditor orientações sobre possíveis correções a implantar.

#### **2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

As normas de auditoria geralmente aceitas, requerem um procedimento crítico, adequado estudo e avaliação do sistema de controle interno. Isto vai determinar a extensão dos procedimentos a

serem aplicados pela segurança da emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

GERAL: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. Os lançamentos contábeis são adequadamente documentados, aprovados e registrados corretamente e sem atraso. Explique: as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b. São levantados balancetes periódicos de todos os ramos e registros originais. Explique: A empresa faz o levantamento dos balancetes trimestralmente e realiza auditoria externa no mesmo período,

c. A empresa está adequadamente protegida contra prejuízos provenientes de sinistros, desfalques e outras irregularidades. Explique: Sim está, a empresa possui uma boa saúde financeira e tem ativos suficientes para se proteger de qualquer prejuízo que possa surgir.

COMPRAS E PAGAMENTOS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. As mercadorias e serviços são comprados para atender aos objetivos da empresa a preços razoáveis. Explique: Sim, as mercadorias e serviços são adquiridos para atender aos objetivos da empresa, por ela ter inúmeros fornecedores consegue sempre encontrar o melhor preço.

b. As compras são pronta e corretamente contabilizadas. Explique: Tudo que é comprado é corretamente contabilizado e fica disponível no sistema interno da empresa para facilitar o controle das mercadorias.

c. Os passivos incorridos são contabilizados pelo valor correto. Explique: Sim, todo passivo incorrido é contabilizado pelo valor real e inserido no balanço que é feito trimestralmente.

d. Os pagamentos são feitos por valores corretos, por mercadorias e serviços recebidos pela empresa. Explique: sim, de acordo com a auditoria os valores das mercadorias e serviços recebidos pela empresa estão corretos.

e. Os pagamentos são contabilizados pronta e corretamente. Explique: Assim como as compras, os pagamentos também são contabilizados pronta e corretamente e ficam disponíveis no sistema interno da empresa.

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável. Explique: As perdas são mínimas pois a empresa segue diversos procedimentos para evitá-las e quando acontece alguma irregularidade é facilmente descoberta dentro do prazo.

FOLHA DE PAGAMENTO: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os pagamentos são feitos por valores corretos a empregados da empresa, por serviços realmente prestados. Explique: Sim, todos os pagamentos são feitos de maneira correta, os valores são reais. A empresa utiliza um banco para o pagamento dos colaboradores e o setor contábil auxilia e monitora todo o processo para evitar erros.

b. As folhas de pagamento e os custos de mão-de-obra são pronta e corretamente contabilizados. Explique: Sim, as folhas de pagamento e os custos são contabilizados imediatamente e ficam disponíveis no sistema interno da empresa.

c. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas, dentro de prazo razoável. Explique: As perdas são mínimas pois a empresa segue diversos procedimentos para evitá-las e quando acontece alguma irregularidade é facilmente descoberta dentro do prazo.

ESTOQUES: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. As quantidades de estoque são corretamente apuradas e representam produtos e materiais que pertencem à empresa. Explique: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização, são corretamente apurados e representam produtos que a empresa adquiriu junto aos fornecedores.

b. Os estoques são corretamente compilados, valorizados e lançados nas contas.

Explique: Sim, os estoques são compilados e lançados nas contas diariamente. O setor de contabilidade realiza o controle mensalmente e tudo fica disponível no sistema interno da empresa.

c. Os estoques são adequadamente protegidos e segurados. Explique: Sim, a empresa segura todos os itens do seu estoque e ficam protegidos até o destino final.

d. Os estoques são levantados somente para fins internos da empresa e são prontamente contabilizados.: Explique: Tudo que a empresa compra é lançado assim que chega na empresa e fica



disponível no sistema interno. Mensalmente é feita a apuração dos estoques e os resultados são lançados no balanço da empresa que sai trimestralmente.

e. Itens em excesso, de pouca movimentação, obsoletos e defeituosos são identificados periodicamente, sendo as contas ajustadas ao valor líquido realizável. Explique: As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento e aquelas encaminhadas à assistência técnica, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição, isso tudo ocorre mensalmente.

VENDAS, CONTAS A RECEBER E COBRANÇAS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os compromissos de vendas são feitos em condições aceitáveis para a empresa. Explique: Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para perda esperada de créditos, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço

b. As mercadorias despachadas são prontamente faturadas e contabilizadas pelo valor correto. Explique: Sim, toda mercadoria é prontamente faturada e contabilizada pelo valor correto, quando ocorre algum erro é fácil de identificar pelo sistema interno da empresa.

c. Os saldos individuais, a receber de fregueses, são mostrados pelo valor real devido à empresa. Explique: Sim, o saldo a receber é mostrado pelo valor real devido, contabilizado mensalmente e lançado no balanço patrimonial do trimestre.

d. São feitas provisões adequadas para contas incobráveis, abatimento, descontos, etc. Explique: Sim, todas as provisões são feitas adequadamente e sempre são supervisionadas pelo setor contábil da empresa.

e. Os pagamentos de fregueses, são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa. Explique: Sim, a empresa possui um setor contábil que é responsável por essa parte e o controle pode ser encontrado no sistema interno da empresa e pelo balanço que é feito trimestralmente.

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável. Explique: A empresa monitora de perto todas as contas, tem um prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 45 dias na controladora e 51 no consolidado.

CAIXA- O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os saldos de caixa representam disponível real em mãos: Explique: Sim, os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Os desembolsos são feitos para fins específicos e corretamente contabilizados. Explique: Sim, os desembolsos são feitos para fins específicos e corretamente contabilizados pelo setor contábil.

e. Os pagamentos de fregueses, são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa. Explique: Sim, os pagamentos de clientes são contabilizados corretamente pela empresa. Tudo é lançado no sistema interno e monitorado pelo setor contábil.

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável. Explique: As perdas devido aos desfalques são inexistentes, pois a empresa possui um controle interno muito eficaz.

TÍTULOS A RECEBER: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Títulos a receber e respectivas garantias são aceitos, modificados e liberados somente se forem devidamente autorizados. Explique: Sim, a empresa só libera os títulos depois que são devidamente autorizados pelo setor contábil.

b. Os títulos a receber respectivas garantias estão em poder da empresa. Explique: Sim, todos os títulos a receber e as respectivas garantias estão em poder da empresa e são gerenciados pelo setor contábil.

c. Os saldos de títulos a receber representam valores reais devidos à empresa. Explique: Sim, todos os saldos representam valores reais e estão disponíveis no balanço patrimonial que a empresa divulga trimestralmente.

d. São feitas provisões adequadas para títulos incobráveis. Explique: Sim, são feitas todas as provisões pelo setor contábil da empresa e depois fica disponível no balanço patrimonial.

e. A empresa tem controle dos títulos a receber vendidos ou descontados com cláusula de recompra (ou aval). Explique: Sim, a empresa tem total controle dos títulos, o setor contábil realiza um relatório mensal e o resultado fica disponível no balanço patrimonial.

PAGAMENTOS ANTECIPADOS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os valores ativados são apropriadamente atribuíveis a operações futuras. Explique: Sim, todos os valores atribuíveis a operações futuras são contabilizados e ajustados corretamente no balanço patrimonial.

b. Todos os valores significativos são apropriadamente contabilizados e amortizados numa base razoável. Explique: Sim, todos os valores são contabilizados, amortizados e sofrem a devida correção monetária com base no dia que foi antecipado.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTROS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. As transações com títulos são apropriadamente autorizadas e contabilizadas. Explique: Sim, todas as operações são autorizadas e contabilizadas e ficam disponíveis no sistema interno da empresa.

b. Cada título emitido tem um valor nominal, taxa e data de vencimento especificados. A data deve reembolsar o valor nominal total do título. Os títulos são adequadamente protegidos e salvaguardados. Explique: Sim, os títulos têm valores nominais, taxa e data de vencimento especificados, os títulos são adequadamente protegidos e salvaguardados, tudo com a supervisão do setor contábil da empresa.

c. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável. Explique: A empresa tem o controle de todas as operações e as irregularidades ou perdas quase não existem.

**IMOBILIZADO:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os saldos das contas do imobilizado representam propriedades reais, adquiridas ou construídas. Explique: Sim, tudo está devidamente registrado no sistema interno da empresa e o setor contábil inspeciona periodicamente os imobilizados e realiza as alterações necessárias na documentação.

b. As transações com imobilizado (adições, transferências e baixas) são devidamente autorizadas e contabilizadas. Explique: Sim, toda transação de imobilizado é realizada em conjunto com o departamento contábil e jurídico da empresa para que ocorra de maneira adequada.

c. As aquisições de imobilizado representam débitos realmente capitalizáveis (lançados na conta). Explique: Sim, toda aquisição representa débito que é lançado no sistema interno da empresa e posteriormente no balanço patrimonial do período.

d. As depreciações são calculadas em bases aceitáveis e são razoáveis em relação à vida estimada dos bens. Explique: Sim, todas as depreciações são calculadas trimestralmente e ajustadas no passivo do balanço patrimonial.

**TÍTULOS A PAGAR E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os empréstimos são devidamente aprovados e contabilizados. Explique: Sim, os empréstimos são devidamente aprovados e contabilizados no sistema interno da empresa e posteriormente lançados no balanço patrimonial.

b. Os títulos liquidados são devolvidos à empresa, devidamente endossados e cancelados (ou autenticados). Explique: Sim, todos os títulos liquidados são devolvidos a empresa e são lançados no sistema interno pelo setor contábil.

c. As cláusulas contratuais de empréstimos são obedecidas. Explique: Sim, todas as cláusulas são obedecidas e monitoradas pelo setor contábil da empresa.

**CAPITAL-** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável segurança de que:

a. Os dividendos são pagos corretamente aos acionistas. Explique: Sim, os dividendos são pagos corretamente aos acionistas e devidamente lançados no balanço patrimonial da empresa.

b. A movimentação nas contas de capital é devidamente contabilizada. Explique: Sim, toda movimentação não só a de capital é devidamente contabilizada, acompanhada pelo setor contábil e depois lançada no balanço patrimonial que a empresa publica trimestralmente.

**OPERAÇÕES:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável segurança de que:

a. Receitas, custos e despesas são corretamente contabilizados em regime de competência de exercícios. Explique: Sim, todas as receitas, custos e despesas são corretamente contabilizadas no balanço patrimonial que a empresa disponibiliza trimestralmente,

b. Receitas, custos e despesas são classificados de forma a permitir uma correta avaliação do resultado das operações. Explique: Sim, a empresa faz tudo o mais transparente possível interna e externamente para que a avaliação seja feita de maneira correta.

c. As informações fornecidas para decisões de gerência são adequadas e corretamente compiladas. Explique: Sim, todas as informações são fornecidas corretamente e compiladas.

### RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES POTENCIAIS

A empresa pesquisada não possui pontos fracos nem deficientes no sistema de controle interno. Posso ressaltar alguns pontos fortes da empresa. Ela tem um sistema de controle interno eficiente e muito bom que integra todas as suas 1339 lojas físicas que estão presentes em 21 estados com as vendas do site, do Luiza cred, Luiza seg e Consórcio Luiza. Todas as informações estão disponíveis no próprio site em local de fácil acesso que qualquer pessoa pode acessar. É uma empresa transparente e muito profissional. A empresa funciona desde 1957 e a cada ano que passa ela vem se aprimorando internamente e externamente e consegue sempre se manter como um varejista de sucesso.

### **2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis (RAI s/ D.C.) destaque e responda as questões abaixo. Para essa atividade enviar em office word conforme.

## 1) - Título

Magazine Luiza S.A. e Controladas

## 2) - Destinatário - Indicando para quem é dirigido.

Aos Administradores e Acionistas da Magazine Luiza S.A.

## 3) Destaque ou Descreva a Seção da Opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## a) Descreva qual é a natureza da Opinião do RAI s/ D.C. se é com:

Opinião sem modificação com parágrafo de ênfase;

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



b) Identificar e destacar o que o auditor expressa na seção da opinião

Sem modificação

i)-Identificar a entidade cujas demonstrações contábeis foram auditadas?

Acionistas da Magazine Luiza S.A.

ii)-especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as D.C?

31 de dezembro de 2022.

iii)-Identificar o título de cada Demonstrações Contábeis (D.C), Nota Explicativas e as Principais Políticas Contábeis

i)-Identificar a base de opinião e os tópicos acima?

4) - Seção Base para Opinião)

i)-Identificar que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria;

sim

ii)-Identificar as responsabilidades do auditor, segundo as normas de auditoria;

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

iii)-Identificar que o auditor é independente da entidade de acordo com as exigências éticas.....

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas.

iv)-Identificar a jurisdição de origem das exigências éticas relevantes.....

De acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

v)-Identificar que a evidência de auditoria obtida por ele é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### 5) - Seção Continuidade Operacional

Esta seção somente será aplicável se o auditor no seu julgamento apresenta alguma incerteza no pressuposto de continuidade.

#### 6) - Seção Principais Assuntos de Auditoria

i)-Identificar os principais aspectos importantes abordado pelo auditor nos seus exames.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

#### 7) - Seção Outras Informações (todos)

i)-Identificar informações inconsistente e distorção de um fato que contradizem as D.C.  
não tem

#### 8) - Seção Responsabilidades pelas D.C.

a) Identificar e destacar no parágrafo onde explica a responsabilidade da administração:

i)-pela elaboração .....

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

ii)-pelos controles internos.....?

e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

b) Identifique os nomes dos responsáveis pela administração da empresa – Presidente, Diretoria (Adm. Financeira) e Contador (realce obrigatório).

Presidente Luiza Trajano. Diretor Financeiro Roberto Bellissimo Rodrigues.

9) - Seção da Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das D.C,

a) Identificar e destacar qual a responsabilidade do auditor?

i)-Nossos objetivos são.....?

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

ii)-Segurança razoável é um .....

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

iii)-As distorções podem ser.....?

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

b) Identificar e destacar como parte da auditoria realizada, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso?

i)-Identificamos e avaliamos os riscos.....?

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

ii)- Obtemos entendimento dos controles internos.....?

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

iii)-Avaliamos a adequação das políticas contábeis.....?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

iv)-Concluimos sobre a adequação do uso.....?

Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

v)-Avaliamos a apresentação geral.....?

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

c) Identificar e destacar os assuntos sobre os responsáveis pela governança?

i)- Comunicamo-nos.....?

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

ii)-Fornecemos também aos.....?

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

iii)-Dos assuntos que foram objeto de comunicação com.....?

Descrevemos esses assuntos.....?

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da

comunicação para o interesse público.

d) Identifique os nomes da Empresa de Auditoria e Auditor Contador com o CRC.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-034519/O

Alexandre Rubio Contador CRC- SP-223361/O

10) - Aponte no RAI sobre D.C alguma anormalidade na Publicação. (Termos indevidos ou falta de alguma palavra; caso não ocorra destaque item não aplicável).

Não aplicável.

11) - Identifique e destaque data e local da emissão do RAI sobre D.C.

São Paulo, 9 de março de 2023



## 2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Perícia contábil, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, é o conjunto de procedimentos técnicos que tem como objetivo a emissão de laudo ou parecer sobre questões contábeis. Essa análise é realizada mediante exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificado.

A estrutura da perícia Contábil é realizada através de oito etapas: o exame, a vistoria, a indagação, a investigação, o arbitramento, a mensuração, a avaliação e a certificação.

Laudo pericial contábil pode ser definido como uma peça escrita por um perito contador ou uma equipe de peritos, com a finalidade de expressar informações em relação a eventos de uma perícia contábil, auxiliando o magistrado e podendo ser muito relevante para a sentença. Este laudo serve para dar apoio técnico científico ao juiz do caso, onde se apresentam conclusões do exame pericial, ajudando a chegar à justa resolução do evento. Por conta disso, o laudo precisa ser feito com objetividade, rigor científico, concisão, argumentação e clareza.

De acordo com a Resolução CFC nº 1041/05, todo o laudo pericial contábil deve conter algumas informações básicas em sua estrutura. Entre elas:

- Identificação do processo;
- Síntese do objeto da perícia;
- Metodologia adotada para os trabalhos periciais;
- Identificação das diligências realizadas;
- Transcrição dos quesitos;
- Respostas aos quesitos;
- Conclusão;
- Rubrica e assinatura do perito contador;
- Identificação da categoria profissional do perito contador;



- Número de registro do perito contador no Conselho Regional de Contabilidade.

Apesar dessas informações precisarem estar presentes em qualquer laudo, não existe um modelo obrigatório que deve ser feito pelos peritos. Cada perito contador ou empresa responsável pelo processo, pode elaborar seu padrão, contanto, que esteja completo e seja de fácil entendimento por parte do juiz.

Diferença entre mediação, conciliação e arbitragem contábil:

Mediação : o mediador facilita o diálogo entre as partes, mas são elas que apresentam as soluções.

Conciliação: participação mais efetiva do conciliador que pode sugerir soluções.

Arbitragem : as partes indicam árbitros que irão dar a solução para o caso ao invés de levá-lo ao Judiciário.

### **2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL**

O Perito Contábil é aquele profissional que na realização do seu trabalho dará forma ao que foi investigado e verificado buscando a verdade dos fatos, constituindo um documento (o laudo), sendo este a prova pericial, que será anexada ao processo esclarecendo a questão. Nesse sentido o perito tem uma grande responsabilidade perante a lide. A função de perito contábil deve ser realizada por um profissional habilitado e que seja um profundo conhecedor da ciência contábil. Nesse contexto a NBC PP 01 – Perito Contábil, o define como: “é o contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada”.

A diferença entre Perito Contábil e Assistente Técnico é que O Perito Oficial é um auxiliar da justiça, ou seja, não serve a interesses pessoais; enquanto o Assistente Técnico é de confiança de uma

das partes envolvidas no processo indicado e pago diretamente por ela, quando o Perito é acusado profissionalmente, por suspeição e impedimento.

A realização da Perícia Contábil é feita através dos procedimentos periciais dos quais são base para suportar o Laudo Pericial. A Perícia é realizada através de oito etapas: o exame, a vistoria, a indagação, a investigação, o arbitramento, a mensuração, a avaliação e a certificação.

- Exame: na primeira etapa, são analisados todos os livros, registros de transações e documentos do seu negócio;
- Vistoria: por meio desse processo, são verificados e constatados fatos, situações ou coisas, de forma circunstancial;
- Indagação: é o momento em que se buscam mais informações com pessoas relacionadas àquilo que foi encontrado;
- Investigação: tem por objetivo pesquisar informações para trazer ao laudo pericial tudo aquilo que estiver oculto ou equivocado;
- Arbitramento: determina os valores ou a solução das controvérsias. Isso ocorre por meio de critério técnico-científico.
- Mensuração: nesta etapa são qualificados e quantificados fisicamente todas as coisas, bens, direitos e obrigações relacionados ao objeto da perícia;
- Avaliação: estabelece o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas;
- Certificação: atesta a informação registrada no laudo pericial contábil.

## **2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL**

Laudo pericial contábil pode ser definido como uma peça escrita por um perito contador ou uma equipe de peritos, com a finalidade de expressar informações em relação a eventos de uma perícia contábil, auxiliando o magistrado e podendo ser muito relevante para a sentença. Este laudo serve para dar apoio técnico científico ao juiz do caso, onde se apresentam conclusões do exame pericial, ajudando a chegar à justa resolução do evento. Por conta disso, o laudo precisa ser feito com objetividade, rigor científico, concisão, argumentação e clareza.

De acordo com a Resolução CFC nº 1041/05, todo o laudo pericial contábil deve conter algumas informações básicas em sua estrutura. Entre elas:

- Identificação do processo;
- Síntese do objeto da perícia;
- Metodologia adotada para os trabalhos periciais;
- Identificação das diligências realizadas;
- Transcrição dos quesitos;
- Respostas aos quesitos;
- Conclusão;
- Rubrica e assinatura do perito contador;
- Identificação da categoria profissional do perito contador;
- Número de registro do perito contador no Conselho Regional de Contabilidade.

Apesar dessas informações precisarem estar presentes em qualquer laudo, não existe um modelo obrigatório que deve ser feito pelos peritos. Cada perito contador ou empresa responsável pelo processo, pode elaborar seu padrão, contanto, que esteja completo e seja de fácil entendimento por parte do juiz.

## **2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL**

A Lei 13.140/2015 descreve em seu texto o conceito de mediação como sendo uma técnica de negociação na qual um terceiro, indicado ou aceito pelas partes, as ajuda a encontrar uma solução que atenda a ambos os lados. O artigo 5º da mencionada Lei prevê que a mediação deve ser orientada pelos seguintes princípios: 1) imparcialidade do mediador; 2) igualdade entre as partes; 3) oralidade; 4) informalidade; 5) vontade das partes; 6) busca do senso comum; 7) confidencialidade; 8) boa-fé.

Apesar de serem métodos muito similares, o Código de Processo Civil, em seu artigo 165, faz uma diferenciação entre mediadores e conciliadores judiciais. Segundo o CPC, o conciliador atua preferencialmente nas ações, nas quais não houver vínculo entre as partes, e pode sugerir soluções. Já o mediador atua nas ações nas quais as partes possuem vínculos, com objetivo de restabelecer o diálogo e permitir que elas proponham soluções para o caso.

Tanto a Lei 13.140/2015 quanto o Código de Processo Civil tratam a conciliação como um sinônimo de mediação, mas na prática há uma sutil diferença, a técnica usada na conciliação para aproximar as partes é mais direta, há uma partição mais efetiva do conciliador na construção e sugestão de soluções. Na mediação, o mediador interfere menos nas soluções e age mais na aproximação das partes.

#### Arbitragem:

Para Furtado e Bulos (1998, p. 76) a lei que instituiu a arbitragem no Brasil foi bastante inovadora. Para a criação da lei, foram feitos estudos e houve empenho de setores da sociedade que visavam a idéias novas de uma justiça, ágil, segura e técnica, e menos onerosa e informal, bem como foi consultado o que havia de mais moderno, na época de sua criação, em legislação sobre arbitragem, levando-se em conta as diretrizes de organismos internacionais, tais como as fixadas pela ONU, pela convenção de NY e pela convenção do Panamá, das quais o Brasil fez parte.

A arbitragem é um dos mais antigos meios de composição de conflitos pela heterocomposição, ou seja, a solução do conflito por um terceiro imparcial, pode ser definida, assim, como o meio privado e alternativo de solução de conflitos decorrentes de direitos patrimoniais e disponíveis por meio do árbitro, normalmente um especialista na matéria controvertida, que apresentará uma sentença arbitral que constitui título executivo judicial. Em outras palavras, a arbitragem resulta de negócio jurídico mediante o qual as partes optam pela solução arbitral, abdicando da jurisdição estatal em razão dos seus direitos patrimoniais e disponíveis.

A Arbitragem possui características próprias (Scavone,2011,p.19,20), tais como:

**Especialização:** na arbitragem, é possível nomear um árbitro especialista na matéria controvertida ou no objeto do contrato entre as partes. A solução judicial de questões técnicas impõe a necessária perícia que, além do tempo que demanda, muitas vezes não conta com especialista de confiança das partes do ponto de vista técnico.

**Rapidez:** na arbitragem, o procedimento adotado pelas partes é abissalmente mais célere que o procedimento judicial.

**Irrecorribilidade:** a sentença arbitral vale o mesmo que uma sentença judicial transitada em julgado e não é passível de recurso.

**Informalidade:** o procedimento arbitral não é formal como o procedimento judicial e pode ser, nos limites da Lei 9.307/1996, estabelecido pelas partes no que se refere à escolha dos árbitros e do direito material e processual que serão utilizados na solução do conflito.

**Confidencialidade:** a arbitragem é sigilosa em razão do dever de discrição do árbitro, 6º do art. 13 da Lei 9.307/1996, o que não ocorre no procedimento judicial que, em regra, é público, aspecto que pode não interessar aos contendores, notadamente no âmbito empresarial, no qual escancarar as entranhas corporativas pode significar o fim do negócio.

## 2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS

Os conflitos existem desde o início dos tempos e são uma realidade sempre presente nas relações humanas e de trabalho. Eles se originam da diversidade de pontos de vista entre pessoas, da pluralidade de interesses, necessidades e expectativas, da diferença entre as formas de agir e de pensar de cada um dos envolvidos.

Além disso, nos últimos tempos, o sistema econômico, o mercado e a concorrência têm estimulado comportamentos baseados em princípios de competição, o que parece se refletir nos

relacionamentos interpessoais, gerando novos conflitos e acirrando disputas nas mais diversas relações.

Também as instituições de ensino estão sofrendo as consequências desse novo comportamento. Muitas estão sofrendo com a existência de inúmeros conflitos interpessoais, nem sempre sabendo lidar com eles, e sentindo, como consequência, sua harmonia ameaçada, ou mesmo afetada.

### **2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS**

Quando você ouve a palavra conflito, em que você pensa? É natural pensarmos em algo ruim, mas, apesar de ser definido como uma profunda falta de entendimento entre pessoas, choque ou enfrentamento, o conflito pode trazer lições valiosas. Saber lidar com conflitos é uma habilidade que pode ajudar você na vida pessoal e profissional.

1: O que é um conflito?

O conflito acontece quando duas ou mais pessoas não estão de acordo com algo e pode ter origens diversas. Neste tópico vamos entender mais as causas e consequências dos conflitos, além de iniciativas para gerenciá-los e como aprendemos com eles. O conflito é geralmente tido como algo indesejável, que deve ser evitado e pode trazer reações diversas. Talvez você o ignore, evite, tenha sentimento de raiva, medo. Ou talvez você possa se alterar, falar alto, gritar, ameaçar, discutir ou (como forma de evitá-lo) negar e fingir que nada está acontecendo.

Tenha em mente que quem discorda de você não é necessariamente seu inimigo. É outro ser humano com visão diferente. Reconhecer o conflito é um dos maiores aprendizados sobre a diversidade humana. Essa confusão entre os conceitos de conflito e confronto muitas vezes faz com que deixemos de entender o que são democracia, Estado de Direito, liberdade religiosa ou de expressão, por exemplo. Em regimes ditatoriais não há conflito, pois não se admitem pensamentos

divergentes nem a diversidade de ideias. Mas você talvez esteja se perguntando qual é o limite do conflito.

O limite do conflito são as regras sociais. Não é possível ter conflito quando há violência ou racismo, por exemplo. Portanto, o conflito é a divergência, a possibilidade do debate sobre qualquer assunto ou tema, desde que exista respeito entre os envolvidos. No conflito é preciso saber como lidar com as próprias emoções e com as dos outros. Você deve prestar atenção nos interesses centrais: apreciação, afiliação, autonomia, status e função/papel. Ao identificar os interesses em jogo, as chances de resolução bem-sucedida do conflito aumentam; se ignorados, podem levar ao confronto.

Construir pontes no processo de negociação é ouvir o que o outro tem a dizer, respeitar e negociar de forma ética. Se você não concorda ou não entendeu algo que foi dito, pergunte e reformule a pergunta quantas vezes forem necessárias, tendo sempre em mente a melhor resolução do conflito.

Lidar com os conflitos assusta e causa insegurança. Enfrentá-los exige coragem, mudança de atitude, sair do lugar comum. Por mais difícil que possa parecer, é possível aprender com os conflitos. Temos de aprender a ouvir, a falar, a entender o próximo. Busque pelos pontos comuns nas diferenças e você os encontrará. Estude, treine e seja um construtor de pontes, envolva as pessoas em busca do interesse comum. Apesar de não ser tarefa fácil, é recompensador ser um agente da mudança!

## 2: Conversas difíceis

A capacidade de lidar com conversas difíceis é um pré-requisito para a quebra de paradigmas na negociação. É possível gerenciar conversas difíceis de forma eficaz para alcançar uma mudança significativa. Você já teve de enfrentar alguma conversa difícil, daquelas em que o frio da barriga e o suor nas mãos estão presentes? Seja na família, seja no trabalho, relacionamento, uma conversa na qual você tenha de pedir desculpas ou até mesmo dar uma notícia ruim está presente o tempo todo na vida. A melhor forma de aprender é encarar essas conversas.

Algumas atitudes podem ajudar em diálogos difíceis. Conheça mais sobre elas na figura a seguir.

**Ouçã com empatia:** é natural buscar ser compreendido antes de compreender os outros. Ouça sem julgamentos, sem a intenção ou obrigação de responder ou dar uma opinião sobre o assunto. Apenas ouça. Faça o diagnóstico antes de falar ao ouvir atentamente, sem julgamentos, você terá grandes chances de entender a situação, as emoções envolvidas e somente após isso estruturar a sua resposta.

**Compreensão e percepção** Quando você aprende a entender o outro, você descobre grandes diferenças na sua percepção. Ficarà mais fácil valorizar o impacto das diferenças quando você estiver em sua próxima negociação.

Entender as pessoas é um dos grandes desafios da vida. Com as mudanças sociais as tecnologias e as redes sociais, nos últimos tempos esse desafio tornou-se ainda maior. Você já parou para pensar que a tendência é sempre procurar, seja nas relações pessoais ou nos fatos sociais, a culpa de cada um e com julgamentos muitas vezes precipitados? Um erro comum é deduzir algo sobre alguém em vez de conhecer sua história. Quase sempre as suposições sobre alguém podem levar a posições extremas que impedem o diálogo.

No conflito, o maior desafio que você terá é lidar com os próprios sentimentos e entender os sentimentos do outro. A boa notícia é que falar sobre sentimentos é uma habilidade a ser desenvolvida por qualquer pessoa. Mesmo que os fatos pareçam mais importantes, os sentimentos são o centro dos conflitos. Se você extravasar os seus sentimentos durante um conflito de forma explosiva ou agressiva, qual será o resultado mais provável? E se, em vez de ser dominado pelos seus sentimentos, você falar sobre eles de forma calma, explicando o que o incomoda, será que a reação do outro será a mesma? Diante de cada conflito pergunte a si mesmo como você e o outro se sentem. Agir de forma impulsiva pode provocar situações perigosas, lidar com os sentimentos é reconhecê-los e agir guiado pela razão.

Conversa difíceis, conflitos e divergências estarão presentes na sua vida sempre. Falar sobre sentimentos, ideais, propósitos e sonhos pode parecer irrelevante, mas eles fazem parte da sua identidade e não podem ser menosprezados. Assim como você não deve menosprezar o sentimento e a identidade dos outros. Não são os conflitos que mudarão quem você é, ao contrário, a sua história, a



sua identidade e os seus sentimentos é que influenciarão o resultado do conflito. Portanto, saiba quem você é de verdade e esteja pronto para entender os sentimentos e a identidade do outro.

### 3: Comunicação não violenta

Um dos principais métodos de comunicação nasceu num ambiente de extremo conflito. No começo dos anos 1960, os EUA viviam o auge do movimento pelos direitos civis e contra a segregação racial. Um psicólogo chamado Marshall Rosenberg tinha uma missão. Ensinar técnicas de mediação e comunicação nas escolas que eliminavam a segregação racial.

As raízes dos nossos sentimentos são nossas necessidades, sejam elas atendidas ou não. Você deve perceber que as ações e palavras das outras pessoas são o estímulo para nossos sentimentos, mas não a causa. Se os outros não são responsáveis pelo que você sente, quem deve ser responsável? Você!

Quando você recebe uma mensagem negativa, seja pela fala ou gestos de alguém, qual a sua reação? Segundo os princípios da CNV, há quatro possíveis desdobramentos: A primeira opção é se culpar pelo que aconteceu. Quando você decide culpar a si mesmo, você aceita o julgamento do outro, o custo emocional é grande e o conduzirá a um sentimento de culpa, baixa estima, vergonha e até a um quadro de depressão, se você tem a postura de assumir a culpa em todos os conflitos. A segunda opção é culpar os outros. A sua reação pode ser violenta, rebatendo a crítica, apontando o erro do outro e deixando de lado a resolução do conflito. Por exemplo, se alguém lhe disser que você é egoísta, como você reagiria? Talvez você dissesse “não sou egoísta, o egoísta aqui é você, que nunca pensa nos outros”, viu só?

A outra opção é ouvir os seus sentimentos. Usando o exemplo anterior, uma opção de resposta seria: “quando você diz que sou egoísta fico magoado, porque também quero ser reconhecido pelos meus esforços em levar em consideração as suas necessidades”. Sente a diferença na recepção da mensagem e na opção de resposta? Você identificou um sentimento – a mágoa – gerada por não ser reconhecido pelo seu esforço em resolver o conflito. Quando você expõe de forma clara o que sente, a outra parte é levada a refletir sobre o que você disse. O último, e o mais difícil, é reconhecer o

sentimento do outro. Será que quando alguém lhe diz “você é egoísta” ele queira dizer que também precisa ser reconhecido pelos esforços que faz? Para ouvir o sentimento alheio você deve primeiro ouvir e identificar os seus próprios sentimentos e de coração aberto ouvir o outro.

É preciso lembrar sempre que o centro de tudo é o ser humano. As inovações certamente nos ajudaram a chegar até aqui e continuarão como acessório. O principal, o que move toda essa engrenagem é você, seus amigos, professores, colegas de trabalho. Pessoas sentem dor, medo, dúvidas. Seres dotados de inteligência e necessidades, porém capazes de produzir encontros, encontrar soluções para aquilo que parecia insolúvel. É possível ter uma vida melhor, sabendo comunicar-se de forma eficiente, perdendo-se, permitindo-se e acolhendo.

#### 4: Regras universais

Falamos em conflito, suas estruturas, desdobramentos e agora vamos tratar de algo muito importante: a persuasão. Mas afinal o que é persuasão? Persuadir é convencer alguém com argumentos e não opiniões, de forma ética e sem manipulação. Vamos conhecer cada passo da persuasão?

Quando você é coerente, a sua mensagem chega antes de você dizer algo. As pessoas estarão confortáveis em debater ideias, em negociar, em buscar a melhor solução para o conflito sabendo que existe uma conexão entre seus atos e suas palavras, ou seja, você torna-se confiável. Coerência está ligada ao caráter. Na resolução do conflito o caráter se traduz pela sua reputação, seu histórico de vida. A coerência trará a credibilidade para ser ouvido e é uma característica pessoal que pode estimular os outros a serem coerentes também.

Uma característica essencial na vida pessoal e profissional é praticar a reciprocidade sem ferir seus valores e princípios. Quando alguém lhe oferece algo, a reação natural é sentir-se devedor daquela pessoa e, portanto, na obrigação de retribuir de alguma forma. Primeiro você deve conhecer seus valores e entender que valor é muito diferente de preço. O seu valor não está à venda, não é negociável. A reciprocidade está muito mais ligada ao sentimento do que a coisas materiais. Pense no conflito.

Como praticar a reciprocidade? Concessões mútuas não seriam uma boa forma para isso, pensando sempre em uma melhor resolução. Em uma negociação, abrir mão de algo que você julga importante em relação ao interesse comum pode ser uma boa estratégia. Comunique as suas concessões de forma clara, diga o quanto é importante para você o ponto que você está disposto a ceder e as pessoas naturalmente retribuirão.

Existem mais influenciadores ou influenciados? Se você apostou na segunda opção, acertou. Somos seres sociais, buscamos referências para decidir o que é correto, seja em termos de comportamento ou sobre a compra de um produto. Prova social é a sua opinião sobre a maioria e não a opinião da maioria sobre você. Esteja atento à influência que grandes grupos causam em você. Por que faço o que faço? Por que acredito no que acredito? Essas e outras perguntas, fazem parte de um encontro consigo mesmo que em algum momento você terá de responder.

O gatilho da autoridade é perigoso. Existem maneiras eficazes de se proteger dessas armadilhas. Questione. Ele é mesmo um especialista? Analise se a sua percepção de autoridade é por conta de símbolos, roupas ou atitudes. Se você é um especialista em determinado assunto, suas ações são coerentes, você é honesto em suas intenções em mostrar que o seu interesse é a resolução do conflito, sua autoridade torna-se a arma mais poderosa.

Basta um cartaz avisando que são as últimas unidades de determinado produto que você queira comprar e pronto, aparece o senso de urgência. Esse é o gatilho da escassez. Quando, adolescentes, somos fisgados pelos primeiros amores e a família é contra o relacionamento, o gatilho da escassez é disparado. A paixão aumenta, a vontade de viver o relacionamento ganha força.

Esse mesmo gatilho da escassez pode ser utilizado no trabalho em uma negociação, mostrando quão qualificado você é e como seria caro contratar alguém com a sua experiência. Se fizer isso sempre seja ético e transparente. Adicione a essa regra da persuasão a simpatia. As pessoas são mais propensas a serem colaborativas quando percebem que se parecem com você, sentem que há uma conexão, que você trata todos de forma amável, que é agradável estar perto de você.

Você pode estudar todas as técnicas de persuasão e gestão de conflitos, mas sabe qual o segredo? Jamais esquecer quem você é e que a pessoa que está no outro lado também tem uma

história, sentimentos, valores e necessidades. Não há receita pronta. É um processo contínuo de autoconhecimento e reconhecimento do outro como ser dotado de necessidades e similaridades. É enxergar o conflito como uma oportunidade de crescimento.

### **3. CONCLUSÃO**

Neste artigo foram abordadas os pontos principais e evidenciados à necessidade dentro do mundo corporativo da execução da Auditoria Contábil e da Perícia Contábil, tendo em vista a necessidade de uma elaboração minimizando as chances de erros e aproximando o máximo da nulidade dos erros, visto que a emissão dos relatórios e das notas, servem como base para tomadas de decisões, pois as mesmas trazem consigo o atestado de veracidade das informações ora declaradas.

Tem-se por certo que a Auditoria Contábil e a Perícia Contábil, necessita de profissionais que se qualifiquem cada vez mais, tendo em vista o mercado e as necessidades que ele propõe.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando. Perito oficial x assistente técnico: você conhece o papel de cada um no processo. Nova Lima. 29 de jul. de 2022. Disponível em:<<https://www.aliancapericia.com.br/perito-oficial-x-assistente-tecnico/>> Acesso em 04 de abr. de 2023.

COMPLIANCE. Perícias contábeis: Laudo pericial contábil o que é e como fazer. Ribeirão Preto. 21 de jun. de 2019. Disponível em:<<https://compliancepericias.com.br/laudo-pericial-contabil-o-que-e-e-como-fazer/>>. Acesso em 08 de abr. de 2023.

FONSECA, Bruna. Perícia Contábil: você sabe pra que serve esse processo? São Paulo. 08 de nov. de 2023. Disponível em:<<https://www.taxgroup.com.br/solutions/pericia-contabil-voce-sabe-para-que-serve-esse>> Acesso em 01 de abr. de 2023.

JORGE, Juliana Mendonça. Arbitragem no ordenamento jurídico: vantagens e desvantagens. Brasília, 10 de jan, de 2016. Disponível em:<<https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/arbitragem-no-ordenamento-juridico-vantagens-desvantagens.htm>> Acesso em: 10 de abr. de 2023.

LUIZA. Magazine. Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2022 e 2021. São Paulo. 09 de mar. de 2023. Disponível em:<<https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP?=1ma7Uig6SY1ApD3uYujvpw>>⇒ Acesso em 10 de abr. de 2023.

**ANEXOS**

**Demonstrações Contábeis 31 de dezembro 2022 e 2021**



**MGLU**  
B3 LISTED NM

## Magazine Luiza S.A. e Controladas

### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações dos resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	19

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

*Magazine Luiza S.A.*  
Franca - SP

### *Opinião*

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### *Base para opinião*

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### *Ênfase - Investigação Interna sobre denúncia anônima*

Conforme mencionado na Nota Explicativa 34 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia adotou determinadas ações investigativas internas com o propósito de apurar e prestar esclarecimentos sobre denúncia anônima relatando supostas atividades comerciais em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. As ações para a apuração de referida denúncia ainda se encontram em fase preliminar e, neste momento, não é possível prever os futuros desdobramentos decorrentes deste processo de investigação interna, nem seus



eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso haja. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### *Principais assuntos de auditoria*

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Teste de recuperabilidade de ágio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ágio para determinar se houve perda no seu valor recuperável. Conforme divulgado nas notas explicativas 12(b) e 16, a Companhia e suas controladas registraram ágios decorrentes de combinações de negócios, que, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam, R\$1.263.632 mil e R\$2.251.090 mil e representavam 3,8% e 6,0% do total do ativo na controladora e no consolidado, respectivamente.

O teste de recuperabilidade do ágio foi avaliado como um principal assunto de auditoria devido à magnitude do montante envolvido e o fato de ser realizado com base em diversas premissas e critérios, incluindo projeções de mercado como taxas de crescimento de vendas das lojas, taxas de desconto e estimativas de margem, que são utilizadas para determinar o valor em uso, as quais são complexas e subjetivas e requerem o uso de julgamento por parte da diretoria da Companhia.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria na revisão e

elaboração das revisões dos testes de recuperabilidade do ágio; (ii) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar no teste de recuperabilidade do ágio, na avaliação da adequação do modelo de fluxo de caixa descontado e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e análise de sensibilidade dos resultados do teste de *impairment*; (iii) comparação das premissas de margem e das taxas de crescimento utilizadas pela Companhia com aquelas reportadas ou estimadas por empresas similares em adição a outros procedimentos executados para avaliar a razoabilidade dessas premissas e a integridade das informações utilizadas pela Companhia; (iv) avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio; (v) comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao realizado pela UGC da Companhia no exercício corrente; (vi) comparação do valor recuperável apurado pela diretoria da Companhia com base nos fluxos de caixa descontados por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, que inclui o valor do ágio, e; (vii) avaliação da adequação das divulgações das notas explicativas 12(b) e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios, julgamentos e premissas adotados pela administração para avaliar a recuperabilidade do ágio, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12(b) e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 11 (c), em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, computados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, totalizavam R\$1.033.410 mil e R\$1.096.109 mil e representavam 3,1% e 2,9% do total do ativo na controladora e consolidado, respectivamente. A Companhia avaliou a recuperabilidade desse saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria, uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria na revisão e elaboração das revisões dos testes de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; (ii) envolvimento de profissionais especializados em tributos para

nos auxiliar na revisão das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na constituição dos referidos saldos em adequação com a legislação tributária vigente, bem como na revisão das projeções de lucros tributáveis futuros; (iii) verificação da aprovação, pelos órgãos de diretoria da Companhia, das projeções de lucros tributáveis futuros, que foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, e; (iv) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Provisão para demandas judiciais tributárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa 23, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$720.252 mil e R\$1.083.023 mil, representando 3,2% e 4,0% do total do passivo na controladora e no consolidado, respectivamente. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$2.775.480 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$3.393.107 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras consolidadas devido à avaliação por parte da diretoria, suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil das provisões para demandas judiciais

tributárias; (ii) avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias;

(iii) envolvimento de profissionais especializados em controvérsia tributária, que analisou os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia; (iv) obtenção de evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, dos pareceres e das opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário, e; (v) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno da provisão para demandas judiciais tributárias, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Ambiente de tecnologia da informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) implementados pela Companhia para os sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis, (v) execução de testes

de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários, e; (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.

No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia, e; (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Identificamos deficiências nos controles de concessão de acessos, de gestão de acessos de empregados transferidos, de prestadores de serviço e de usuários privilegiado nas aplicações e de revisão periódica de perfis de acessos. Adicionalmente, identificamos oportunidades de melhoria nos parâmetros de senhas das aplicações.

As deficiências no desenho e operação dos CGTIs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Levando em consideração o aumento na extensão dos procedimentos de auditoria, julgado por nós apropriado, os resultados destes procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

### *Outros assuntos*

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



*Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 14 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

*Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor*

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

*Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2023.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP-034519/O

Alexandre Rubio

Contador CRC- SP-223361/O

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	N ot a	Controladora		Consolidado	
		20 22	20 21	20 22	2021
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	808. 764	1.458. 754	2.420. 045	2.566.218
Títulos e valores mobiliários	6	304. 298	1.556. 211	304. 298	1.556.371
Contas a receber	7	4.587. 059	3.928. 531	6.760. 270	5.650.759
Estoques	8	6.608. 969	7.873. 544	7.790. 069	9.112.214
Contas a receber de partes relacionadas	9	3.305. 722	4.201. 742	2.576. 572	3.707.284
Tributos a recuperar	1 0	1.376. 204	1.151. 721	1.564. 188	1.279.257
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1 1	258. 838	205. 312	314. 457	234.886
Outros ativos circulantes		70. 436	136. 516	208. 237	402.821
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>17.320.290</u>	<u>20.512.331</u>	<u>21.938.136</u>	<u>24.509.810</u>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	7	17. 156	17.3 51	17.1 56	17.351
Tributos a recuperar	1 0	2.037. 328	1.408. 706	2.123. 865	1.551.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1 1	1.625. 928	874. 232	1.686. 360	915.111
Depósitos judiciais	2 3	1.234. 720	935. 329	1.650. 223	1.189.894

Outros ativos não circulantes		106. 615	175. 902	116. 786	184.816
Realizável a longo prazo		5.021. 747	3.411. 520	5.594. 390	3.858.728
Investimentos em controladas	1 2	4.379. 731	4.099. 575	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	1 3	338. 833	407. 780	338. 833	407.780
Direito de uso de arrendamento	1 4	3.473. 159	3.324. 747	3.511. 497	3.362.998
Imobilizado	1 5	1.769. 292	1.777. 788	1.955. 479	1.938.713
Intangível	1 6	896. 749	728. 998	4.427. 510	4.306.587
		10.857. 764	10.338. 888	10.233. 319	10.016. 078
Total do ativo não circulante		<u>15.879.511</u>	<u>13.750.408</u>	<u>15.827.709</u>	<u>13.874.806</u>
Total do ativo		<u>33.199.801</u>	<u>34.262.739</u>	<u>37.765.845</u>	<u>38.384.616</u>
		=	=	=	=

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	17	4.604.573	4.694.276	5.741.020	5.638.388
Fornecedores - convênio	18	3.756.776	4.414.266	3.802.237	4.460.556
Parceiros e outros depósitos	19	-	-	1.552.643	1.418.897
Empréstimos e financiamentos	20	92.607	44.100	124.297	407.968
Salários, férias e encargos sociais		242.906	237.270	420.496	370.176
Tributos a recolher		141.811	146.332	224.889	239.595
Contas a pagar a partes relacionadas	9	256.707	195.894	152.511	125.302
Arrendamento mercantil	14	604.140	415.329	619.788	433.834
Receita diferida	21	52.009	39.157	76.908	50.329
Dividendos a pagar		-	41.434	-	41.434
Outros passivos circulantes	2	1.621.3	1.535.4	2.118.1	2.070.7

	2	91	55	36	10
Total do passivo circulante		<u>11.372.920</u>	<u>11.763.513</u>	<u>14.832.920</u>	<u>15.257.189</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2 0	6.584.5 71	6.368.6 05	6.984.4 60	6.384.9 04
Tributos a recolher		4.6 14	4.6 14	7.8 36	24.2 74
Arrendamento mercantil	1 4	3.047.5 23	2.996.9 59	3.073.7 28	3.020.8 44
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1 1	-	-	108.8 22	113.8 99
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2 3	814.8 36	717.9 77	1.193.7 65	1.154.1 09
Receita diferida	2 1	238.3 54	234.2 10	423.4 64	245.2 58
Outros passivos não circulantes	2 2	488.2 82	915.6 30	492.1 44	922.9 08
Total do passivo não circulante		<u>11.178.180</u>	<u>11.237.995</u>	<u>12.284.214</u>	<u>11.866.196</u>
Total do passivo		22.551.1 00	23.001.5 08	27.117.1 44	27.123.3 85
Patrimônio líquido	2 4				
Capital social		12.352.4 98	12.352.4 98	12.352.4 98	12.352.4 98
Reserva de capital		(1.896.3 83)	(1.637.0 55)	(1.896.3 83)	(1.637.0 55)
Ações em tesouraria		(1.245.8 09)	(1.449.1 59)	(1.245.8 09)	(1.449.1 59)
Reserva legal		137.4 42	137.4 42	137.4 42	137.4 42
Reserva de lucros		1.298.9 41	1.856.6 65	1.298.9 41	1.856.6 65

Ajuste de avaliação patrimonial	2.0 12	84 0	2.0 12	84 0
Total do patrimônio líquido	10.648.7 01	11.261.2 31	10.648.7 01	11.261.2 31
Total do Passivo e Patrimônio líquido	<u>33.199.80</u> <u>1</u>	<u>34.262.73</u> <u>9</u>	<u>37.765.84</u> <u>5</u>	<u>38.384.61</u> <u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	25	29.872.131	31.128.479	37.299.002	35.278.150
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	26	(22.098.829)	(24.299.083)	(26.860.106)	(26.791.345)
Lucro bruto		7.773.302	6.829.396	10.438.896	8.486.805
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	27	(5.389.954)	(5.495.600)	(6.741.109)	(6.374.429)
Gerais e administrativas	27	(847.184)	(810.008)	(1.370.198)	(1.031.654)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(251.603)	(144.722)	(239.658)	(154.244)
Depreciação e amortização	14/15/16	(940.865)	(689.405)	(1.163.624)	(816.964)
Resultado de equivalência patrimonial	12/13	286.866	428.875	(35.738)	99.328
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	27/8	(126.445)	118.035	(116.934)	261.760
		(7.269.185)	(6.592.825)	(9.667.261)	(8.016.203)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		504.117	236.571	771.635	470.602

Receitas financeiras		560.687	467.157	695.425	491.577
Despesas financeiras	29	(2.350.728)	(1.011.314)	(2.736.458)	(1.180.588)
Resultado financeiro		(1.790.041)	(544.157)	(2.041.033)	(689.011)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.285.924)	(307.586)	(1.269.398)	(218.409)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	11	786.949	898.247	770.423	809.070
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(498.975)	590.661	(498.975)	590.661
Lucro (prejuízo) atribuível a:					
Acionistas controladores		(498.975)	590.661	(498.975)	590.661
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico (reais por ação)	24	(0,075)	0,089	(0,075)	0,089
Diluído (reais por ação)	24	(0,075)	0,088	(0,075)	0,088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.



Magazine Luiza S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(498.975)	590.661
Items que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes – ORA	1.776	(17.466)
Efeito dos impostos	(604)	7.155
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	1.172	(10.311)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(497.803)	580.350
Atribuível a:		
Acionistas controladores	(497.803)	580.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.





por aquisição			53)							53)	
Dividendos adicionais propostos	2 4	-	-	-	-	-	(58.74 9)	-	-	-	(58.74 9)
Prejuízo do exercício	2 4	-	-	-	-	-	-	-	(498,9 75)	-	(498,9 75)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	(498,9 75)	-	-	498,97 5	-	-
		-	(259,3 28)	203,35 0	-	(498,9 75)	(58,74 9)	-	-	-	(613,7 02)
Outros resultados abrangentes:											
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	1.172	1.172
Saldos em 31 de dezembro de 2022		12.352. 498	(1.896 .383)	(1.245 .809)	137. 442	83.660	-	1.215.2 81	-	2.012	10.648 .701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(498.975)	590.661	(498.975)	590.661
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	11	(786.949)	(898.247)	(770.423)	(809.070)
Depreciação e amortização	1415 16	940.865	689.405	1.163.624	816.964
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos provisionados	1420	1.157.231	397.213	1.213.425	399.735
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(37.657)	(35.041)	(37.657)	(35.041)
Equivalência patrimonial	1213	(286.866)	(428.875)	35.738	(99.328)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		503.468	673.387	512.658	691.091
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	114.283	(274.981)	66.706	(417.548)
Resultado na venda de ativo imobilizado	28	1357	(588)	695	(588)
Apropriação da receita diferida	28	(62.657)	(52.657)	(75.958)	(55.891)
Despesas com plano de ações		85.315	118.070	116.677	118.070
Lucro líquido do exercício ajustado		1.129.415	778.347	1.726.510	1.198.677

(Aumento) redução nos ativos operacionais:

Contas a receber	(1.002.786)	(636.527)	(1.451.867)	(647.788)
Títulos e valores mobiliários	1.289.570	(301.075)	1.289.730	(299.551)
Estoques	1.105.560	(2.920.398)	1.152.038	(2.923.148)
Contas a receber de partes relacionadas	912.810	(1.501.035)	1.145.572	(1.340.988)
Tributos a recuperar	(906.631)	(1.491.577)	(936.811)	(1.468.540)
Depósitos judiciais	(299.391)	(274.595)	(460.329)	(344.919)
Outros ativos	(33.238)	(14.110)	107.546	(128.132)
<b>Variação nos ativos operacionais</b>	<b>1.065.894</b>	<b>(7.139.317)</b>	<b>845.879</b>	<b>(7.153.066)</b>
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	(89.703)	(1.780.660)	102.632	(2.022.060)
Parceiros e outros depósitos	-	-	133.746	541.624
Salários, férias e encargos sociais	5.636	(57.044)	50.320	(3.478)
Tributos a recolher	20.211	36.953	6.727	6.825
Contas a pagar a partes relacionadas	60.813	6.759	27.209	(4.984)
Outros passivos	201.208	91.728	160.427	(66.862)
<b>Variação nos passivos operacionais</b>	<b>198.165</b>	<b>(1.702.264)</b>	<b>481.061</b>	<b>(1.548.935)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(5.475)	(59.826)	(97.065)
Recebimento de dividendos	273.201	29.454	70.498	29.454
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>2.666.675</b>	<b>(8.039.25)</b>	<b>3.064.122</b>	<b>(7.570.935)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	141.5	(216.838)	(812.247)	(265.129)
				(863.049)

Aquisição de ativo intangível	16	(302.757)	(208.652)	(430.282)	(301.073)
Aumento de capital em controlada	12	(123.794)	(625.414)	-	-
Pagamento por aquisição de controlada		(595.796)	-	(620.147)	(153.281)
Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração		64.261	-	272.000	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.174.924)</u>	<u>(1.646.313)</u>	<u>(1.043.558)</u>	<u>(1.317.403)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	20	-	6.300.273	400.000	6.300.273
Pagamento de empréstimos e financiamentos	20	(7.917)	(1.617.420)	(383.261)	(1.687.720)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	20	(591.701)	(128.378)	(616.462)	(131.313)
Pagamento de arrendamento mercantil	14	(470.226)	(362.440)	(487.186)	(373.751)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	14	(314.441)	(242.554)	(321.543)	(244.699)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(99.966)	(146.133)	(99.966)	(146.133)
Aquisição de ações em tesouraria		-	(1.050.151)	-	(1.050.151)
Aumento (redução) de fornecedores – convênio		(657.490)	3.209.341	(658.319)	3.206.459
Recursos provenientes com emissão de ações		-	3.981.250	-	3.981.250
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos		-	(81.035)	-	(81.035)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(2.141.741)</u>	<u>9.862.753</u>	<u>(2.166.738)</u>	<u>9.773.180</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(649.990)</u>	<u>177.185</u>	<u>(146.173)</u>	<u>884.842</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	05	1.458.754	1.281.569	2.566.218	1.681.376
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	05	808.	1.458	2.420.	2.56

	764	.754	045	6.21 8
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(649. 990)	177. 185	(146. 173)	884 84 2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.



## Magazine Luiza S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	2022	2021	Consolidado	
			2022	2021
<b>Receitas</b>				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	34.925,5 29	36.332,5 36	43.889,9 25	41.301,0 00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(251.603) )	(144.722) )	(239.658) )	(154.244) )
Outras receitas operacionais	48.903	785.141	87.284	877.592
	<u>34.722,8 29</u>	<u>36.972,9 55</u>	<u>43.737,5 51</u>	<u>42.024,3 48</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(23.567,8 23)	(25.756,4 11)	(28.238,3 26)	(28.205,5 20)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.267,9 63)	(4.573,3 70)	(5.603,1 96)	(5.187,0 57)
Perda e recuperação de valores ativos	(87.195)	(138,9 7)	(95.694)	(149,2 7)
	<u>(27.922,9 81)</u>	<u>(30.468,7 68)</u>	<u>(33.937,2 16)</u>	<u>(33.541,8 54)</u>
Valor adicionado bruto	6.799,8 8	6.504,1 87	9.800,3 5	8.482,4 4
Depreciação e amortização	(940,8 65)	(689,4 40)	(1.163,6 24)	(816,9 64)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>5.858,9 3</u>	<u>5.814,7 82</u>	<u>8.636,7 1</u>	<u>7.665,5 0</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	286,866	428,875	(35,738)	99,328
Receitas financeiras	560,687	467,157	695,425	491,577
Valor adicionado total a distribuir	<u>6.706,5 6</u>	<u>6.710,8 14</u>	<u>9.296,3 8</u>	<u>8.256,4 5</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal e encargos:</b>				
Remuneração direta	1.719,5 5	1.647,1 18	2.427,7 9	2.034,4 7

Benefícios	323.428	404.038	438.227	493.308
FGTS	131.754	126.019	205.593	169.316
	<u>2.174.757</u>	<u>2.177.175</u>	<u>3.071.579</u>	<u>2.697.051</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	100.554	246.777	1.000.025	809.637
Estaduais	2.479.627	2.510.674	2.785.587	2.723.408
Municipais	89.102	75.965	143.530	114.540
	<u>2.669.283</u>	<u>2.833.416</u>	<u>3.929.142</u>	<u>3.647.585</u>
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	2.185.678	955.879	2.549.859	1.116.417
Aluguéis	59.797	58.660	73.361	71.909
Outras	115.996	95.023	171.432	132.812
	<u>2.361.471</u>	<u>1.109.562</u>	<u>2.794.652</u>	<u>1.321.138</u>
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	100.000	-	100.000
Lucro retido(prejuízo acumulado)	(498.975)	490.661	(498.975)	490.661
	<u>(498.975)</u>	<u>590.661</u>	<u>(498.975)</u>	<u>590.661</u>
	<u>6.706.536</u>	<u>6.710.814</u>	<u>9.296.398</u>	<u>8.256.435</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista, por meio de lojas físicas, e-commerce e seu SuperApp. O SuperApp é um aplicativo que oferece produtos e serviços do Magazine Luiza, de suas controladas e, através da plataforma de marketplace, de parceiros comerciais (“*sellers*”). Suas controladas em conjunto (nota 13), oferecem serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 1.339 lojas e 23 centros de distribuição (1.481 lojas e 26 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2021) localizados em todas as regiões do País. A Companhia atua também nos sites de comércio eletrônico [www.magazineluiza.com.br](http://www.magazineluiza.com.br), [www.epocacosmeticos.com.br](http://www.epocacosmeticos.com.br), [www.netshoes.com.br](http://www.netshoes.com.br), [www.zattini.com.br](http://www.zattini.com.br), [www.shoestock.com.br](http://www.shoestock.com.br), [www.kabum.com.br](http://www.kabum.com.br) e seus respectivos aplicativos “*mobile*”, bem como pelos aplicativos de “*food delivery*” AiQfome, Tônulucro e Plus Delivery.

Em 09 de março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

### 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

#### 2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

## 2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A base de consolidação da Companhia inclui:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta %	
		2022	2021
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	10 0 %	10 0 %
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e <i>marketplace</i>	-	10 0 %
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	10 0 %	10 0 %
Magalu Log (Magalog)	Empresa de serviços logísticos	10 0 %	10 0 %
Luizalabs Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	10 0 %	10 0 %
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	10 0 %	10 0 %
Magalu Pagamentos	Instituição de Pagamentos	10 0 %	10 0 %
Kabum	Comércio eletrônico de equipamentos de informática	10 0 %	10 0 %

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

## 2.2. Impactos relacionados à pandemia Covid-19

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, afetou os negócios e atividades econômicas em escala global. A Companhia instituiu, desde o seu início, um Comitê de Contingência interno, que vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando algumas decisões importantes e elegeu três prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Dentro desses três pilares de enfrentamento da crise, a Companhia tomou algumas medidas, bem como fez determinadas avaliações em linha com os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisando os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras, tais como avaliação de risco de continuidade operacional e indicativos de possível redução do valor de seus ativos. A conclusão destas análises foi a inexistência de riscos de continuidade operacional, bem como de redução de valor de seus ativos.

No exercício de 2022, a Companhia não identificou indicativos de redução de valor de seus ativos. Adicionalmente, na data de divulgação dessas demonstrações contábeis, todas as lojas físicas da Companhia estavam operando normalmente.

## 3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

### 3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### 3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

#### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

*Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu

valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

#### i) Alocação dos saldos de ágio

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

### *3.3. Ajustes a valor presente*

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para perda esperada de créditos.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

### *3.4. Provisões*

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

### *3.5. Benefícios de empregados*

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar

esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

### *3.6. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)*

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

### *3.7. Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

### *3.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas*

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro: nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Companhia. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante. A alteração



- vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.
  - Alterações ao IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.
  - Alterações ao IAS 12: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

#### 4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.
- Nota explicativa 10 – determinação dos créditos tributários de ICMS a recuperar incluídos nas ações judiciais, cujo trânsito em julgado é esperado para os próximos meses.
- Nota explicativa 10 e 11 – determinação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, levantados em função da aplicação do conceito da lei complementar 160/2017 e atualização Selic sobre indêbitos tributários.
- Nota explicativa 14 – determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação.

##### b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Nota explicativa 8 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;

- Nota explicativa 10 – Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Nota explicativa 11 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 15 e 16 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Nota explicativa 16 e 12b - A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.
- Notas explicativas 23 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 31 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“*impairment*”): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa		95.911	37.732	96.583	38.775
Bancos		106.752	73.410	153.431	750.450
Depósitos a curto prazo	De 85% a 101% CDI	606.101	1.347.612	2.132.556	1.742.161
Fundos de investimentos não exclusivos	De 92,5% a 100% C	—	—	37.475	34.832
		808.764	1.458.754	2.420.045	2.566.218

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 31.

## 6. Títulos e valores mobiliários

Ativos financeiros	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fundo de investimento não exclusivo	100% a 105% CDI	14.525	12.734	14.525	12.734
Fundo de investimento exclusivo: Operações compromissadas	(a)	-	27.512	-	27.512
Direitos creditórios		44.500	32.500	44.500	32.500
Títulos públicos federais		<u>45.273</u>	<u>1.483.465</u>	<u>245.273</u>	<u>1.483.625</u>
		304.298	1.556.211	304.298	1.556.371

(a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 100% do CDI à Companhia.

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 31.

## 7. Contas a receber

*Política contábil*

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para perda esperada de créditos, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota explicativa 31.

		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
		2	

## Contas a receber de clientes:

Cartões de crédito (a)	3.430.696	3.111.34 4	5.383.82 8	4.618.0 14
Cartões de débito (a)	11.375	9.417	12.041	14.396
Crédito direto ao consumidor (b)	1.197.994	789.111	1.197.99 4	789.1 11
Serviços a clientes (c)	230.431	166.625	257.66 1	208.8 37
Demais contas a receber (d)	15.381	44.139	134.41 7	182.5 88
<b>Total de contas a receber de clientes</b>	<b>4.885.877</b>	<b>4.120.63 6</b>	<b>6.985.94 1</b>	<b>5.812.9 46</b>
Provenientes de acordos comerciais (e)	315.578	295.757	392.77 7	343.8 37
Provisão para perda esperada de créditos	(266.709)	(151.426 )	(270.761 )	(169.5 88)
Ajuste a valor presente	(330.531)	(319.085 )	(330.531 )	(319.0 85)
	<b>4.604.215</b>	<b>3.945.88 2</b>	<b>6.777.42 6</b>	<b>5.668.1 10</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>4.587.059</b>	<b>3.928.53 1</b>	<b>6.760.27 0</b>	<b>5.650.7 59</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>17.156</b>	<b>17.351</b>	<b>17.156</b>	<b>17.351</b>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 45 dias na controladora e 51 no consolidado em 31 de dezembro de 2022 (35 dias na Controladora e 44 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. No Consolidado está somado o recebível de adquirentes transacionado na Magalu Pagamentos e que será repassado aos parceiros (“sellers”) conforme descrito na nota 18. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos cedidos à certas adquirentes e instituições financeiras que montavam R\$ 2.693.143 (R\$ 2.656.104 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$ 4.944.607 (R\$ 5.165.898 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado, sobre os quais é aplicado um desconto que varia do entre 105,9% e 108,72% do CDI. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as adquirentes e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos.
- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras.
- (c) Refere-se principalmente a vendas intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.
- (d) Refere-se principalmente a recebíveis de serviços de transporte das controladas Magalog e GFL Logística para terceiros, bem como serviços prestados e cargas nas contas de pagamentos da Hub Fintech.
- (e) Refere-se a valores de bonificações a serem recebidos de fornecedores, devido ao atendimento do volume de compras, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada). O saldo apresentado está líquido do valor a ser compensado por encontro de contas com saldos a pagar dos respectivos fornecedores, previsto em acordo de parceria entre as partes.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

			Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(151.426)	(95.832)	(169.588)	(115.207)
(+) Adições	(344.453)	(167.496)	(342.551)	(174.278)
(-) Baixas	<u>229.170</u>	<u>111.902</u>	<u>241.378</u>	<u>119.897</u>
Saldo final	= (266.709)	= (151.426)	= (270.761)	= (169.588)

A análise de risco de crédito está apresentada na nota 31.

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Valores a vencer:								
Até 30 dias	255.845	217.534	452.821	637.694	57.191	40.577	82.998	57.714
Entre 31 e 60 dias	279.652	151.049	348.570	477.043	54.408	52.469	88.838	75.429
Entre 61 e 90 dias	716.831	167.493	824.887	416.689	66.514	52.238	69.989	52.970
Entre 91 e 180 dias	2.134.903	867.283	3.246.201	1.059.054	108.735	53.630	108.944	53.630
Entre 181 e 360 dias	1.244.850	2.556.412	1.858.988	3.041.805	7.503	63.710	7.586	63.710
Acima de 361 dias	53.802	52.636	53.885	55.423	-	263	-	288
	4.685.883	4.012.407	6.785.352	5.687.708	294.351	262.887	358.355	303.741
Valores vencidos:								
Até 30 dias	45.820	31.573	46.415	32.628	8.717	19.670	9.724	22.223
Entre 31 e 60 dias	36.293	20.500	36.293	22.041	1.085	7.480	5.767	10.740
Entre 61 e 90 dias	30.924	16.239	30.924	16.239	107	1.133	3.608	1.133
Entre 91 e 180 dias	86.957	39.917	86.957	54.330	11.318	4.587	15.323	6.000
	199.994	108.229	200.589	125.238	21.227	32.870	34.422	40.096
	<u>4.885.877</u>	<u>4.120.636</u>	<u>6.985.941</u>	<u>5.812.946</u>	<u>315.578</u>	<u>295.757</u>	<u>392.777</u>	<u>343.837</u>

## 8. Estoques

*Política contábil*

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento e aquelas encaminhadas à assistência técnica, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição

			Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercadorias para revenda	6.755. 508	7.971.1 49	7.943.1 73	9.210. 072
Material para consumo	15.9 29	44.9 21	31.3 80	65.6 98
Provisões para perdas nos estoques	<u>(162.468)</u>	<u>(142.526)</u>	<u>(184.484)</u>	<u>(163.556)</u>
	6.608. 969	7.873.5 44	7.790.0 69	9.112. 214

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui estoques de mercadorias para vendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$ 21.834 (R\$ 21.846 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controlad ora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(142.526)	(90.10 8)	(163.556)	(101.178)
Constituição da provisão	(159.015)	(505.8 91)	(170.107)	(519.663)
Estoques baixados ou vendidos	139.073	453.47 3	149.179	457.285
Saldo no final	<u>(162.468)</u>	<u>(142.5 26)</u>	<u>(184.484)</u>	<u>(163.556)</u>

## 9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	4.255	2.478	4.255	2.478	242.942	240.532	242.942	240.532
Cartão de crédito	2.500.360	3.592.443	2.500.360	3.592.443	(333.569)	(198.678)	(333.569)	(198.678)
Repasses de recebimentos	(69.879)	(46.638)	(69.879)	(46.638)	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	35.018	-	35.018	-	-	-	-
Reembolso de despesa compartilhadas	7.191	22.193	7.191	22.193	135.610	129.987	135.610	129.987
	2.441.927	3.605.494	2.441.927	3.605.494	44.983	171.841	44.983	171.841
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	57.531	40.760	57.531	40.760	497.580	447.629	497.580	447.629
Dividendos a receber	8.831	8.953	8.831	8.953	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(80.301)	(66.074)	(80.301)	(66.074)	-	-	-	-
	(13.939)	(16.361)	(13.939)	(16.361)	497.580	447.629	497.580	447.629
Total de Controladas em conjunto	2.427.988	3.589.133	2.427.988	3.589.133	542.563	619.470	542.563	619.470
Netshoes (iii)								



31 de dezembro de 2022

Reembolso de despesas	22.352	10.854	-	-	-	-	-	-
Desconto de títulos	-	-	-	(4.053)	-	-	-	-
Comissões por serviços prestados	-	-	-	-	19.935	12.935	-	-
	22.352	10.854	-	(4.053)	19.935	12.935	-	-
Época Cosméticos (iv)								
Comissões por serviços prestados	1.614	1.333	-	-	7.943	3.962	-	-
Kabum (v)								
Comissões por serviços prestados	3.924	-	-	-	11.363	-	-	-
Redução Capital	21.488	-	-	-	-	-	-	-
	25.412	-	-	-	11.363	-	-	-
Luiza Administradora de Consórcio (vi)								
Comissões por serviços prestados	1.378	2.643	-	-	15.434	15.216	-	-
Dividendos a receber	4.633	2.703	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	(804)	(362)	(804)	(362)	-	-	-	-
	5.207	4.984	(804)	(362)	15.434	15.216	-	-
Magalog (vii)								
Repasses de recebimentos	(61.358)	(50.357)	-	-	-	-	-	-
Despesas com fretes	-	-	-	-	(1.570.114)	(954.355)	-	-
	(61.358)	(50.357)	-	-	(1.570.114)	(954.355)	-	-

## Magalu Pagamentos (viii)

Repasses de recebimentos	644.887	465.672	-	-	(162.728)	(74.554)	-	-
--------------------------	---------	---------	---	---	-----------	----------	---	---

## Joven Nerd (ix)

Veiculação de publicidade	(940)	-	-	-	(940)	-	-	-
---------------------------	-------	---	---	---	-------	---	---	---

## Luizalabs (x)

Desenvolvimento de sistemas	(13.094)	(13.101)	-	-	-	-	-	-
-----------------------------	----------	----------	---	---	---	---	---	---

Total de Controladas	624.080	419.385	(804)	(4.415)	(1.679.107)	(996.796)	-	-
----------------------	---------	---------	-------	---------	-------------	-----------	---	---

## MTG Participações (xi)

Aluguéis e outros repasses	(2.713)	(2.463)	(2.783)	(2.529)	(45.661)	(34.562)	(45.661)	(34.562)
----------------------------	---------	---------	---------	---------	----------	----------	----------	----------

## PJD Agropastoril (xii)

Aluguéis, fretes e outros repasses	(104)	(51)	(104)	(51)	(1.152)	(1.847)	(1.152)	(1.847)
------------------------------------	-------	------	-------	------	---------	---------	---------	---------

## LH Participações (xiii)

Aluguéis	(201)	(156)	(201)	(156)	(2.414)	(2.144)	(2.414)	(2.144)
----------	-------	-------	-------	-------	---------	---------	---------	---------

## ASENOVE Administração (xiv)

Aluguéis	-	-	-	-	(151)	-	(151)	-
----------	---	---	---	---	-------	---	-------	---

## ETCO - SCP (xv)

Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(9.441)	(7.405)	(9.441)	(7.405)
----------------------------------	---	---	---	---	---------	---------	---------	---------

Despesa com veiculação de mídia	(35)	-	(35)	-	(295.038)	(233.319)	(295.038)	(233.319)
---------------------------------	------	---	------	---	-----------	-----------	-----------	-----------

	(35)	-	(35)	-	(304.479)	(240.724)	(304.479)	(240.724)
--	------	---	------	---	-----------	-----------	-----------	-----------

31 de dezembro de 2022

Total de outras partes relacionadas	(3.053)	(2.670)	(3.123)	(2.736)	(353.857)	(279.277)	(353.857)	(279.277)
Total de partes relacionadas	3.049.015	4.005.848	2.424.061	3.581.982	(1.490.401)	(656.603)	188.706	340.193

	Ativo (Passivo)				Resu ltado			
	Controlador		Consolida do		Contro ladora		Consolida do	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Operações com fundos de investimento exclusivos – classificados como Títulos e valores mobiliários(xvi)	245.273	1.543.477	245.273	1.543.637	36.094	32.716	36.094	32.716

Reconciliação	Controladora		Conso olidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de partes relacionadas	3.305.722	4.201.742	2.576.572	3.707.284
Contas a pagar a partes relacionadas	<u>(256.707)</u>	<u>(195.894)</u>	<u>(152.511)</u>	<u>(125.302)</u>
	3.049.015	4.005.848	2.424.061	3.581.982

I. As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:

(a) Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;

- (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
  - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;
- II. Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.
  - III. Os valores da Netshoes, controlada integral, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora.
  - IV. As transações com a Época Cosméticos, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* da Controladora.
  - V. As transações com a KaBuM, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* da Controladora. Em 2022, a Companhia aprovou uma redução de capital na controlada KaBuM no valor de R\$ 50 milhões (vide nota 12), onde parte do valor não havia sido liquidado até o encerramento destas informações trimestrais.
  - VI. Os valores a receber (ativo circulante) do Consórcio Luiza (LACs), controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à “LAC” referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
  - VII. As transações com a Magalog, controlada integral, referem-se a despesas com frete e repasse de recebíveis.
  - VIII. As transações com a Magalu Pagamentos, controlada integral, referem-se às comissões a receber pelas vendas transacionadas em sua plataforma pelos *sellers* de *Marketplace*, bem como taxas pagas pelo uso da operação de subadquirência oferecida.
  - IX. As transações com a Jovem Nerd, controlada integral, referem-se a veiculação de propaganda.
  - X. Refere-se à prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas prestados pela controlada Luizalabs Computação e Sistemas de Informação Ltda.

- XI. As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e reembolso de despesas.

- XII. As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se alugueis de caminhões para fretes de mercadorias.
- XIII. As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com alugueis de prédios comerciais e escritório central.
- XIV. As transações com a ASENOVE Administração e Participações Ltda., controlada por um acionista controlador da Companhia, referem-se a despesa com aluguel de prédio comercial.
- XV. As transações com a ETCO Sociedade em Conta de Participação, que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- XVI. Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e BB MGL Fundo de Investimento RF Longo Prazo, vide Nota 6 - Títulos e valores mobiliários).

b) Remuneração da Administração

	2022	2021		
		Direto ria Estatut ária	Conselho de Administ ração	Direto ria Estatut ária
Remuneração fixa e variável	4.056	7.992	4.056	8.018
Plano de ações	13.095	23.548	19.668	32.692

31 de dezembro de 2022

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota 23. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. A remuneração global dos administradores foi aprovada por Assembleia Geral Ordinária dia 18 de abril de 2022, em que foi previsto o limite de R\$ 59.394 para o exercício de 2022.



## 10. Tributos a recuperar

	Controlad ora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS a recuperar (a)	2.689.730	2.001.716	2.748.199	2.052.515
PIS e COFINS a recuperar (b)	720.188	555.098	929.340	771.339
Outros	<u>3.614</u>	<u>3.613</u>	<u>10.514</u>	<u>6.959</u>
	<u>3.413.532</u>	<u>2.560.427</u>	<u>3.688.053</u>	<u>2.830.813</u>
Ativo circulante	1.376.204	1.151.721	1.564.188	1.279.257
Ativo não circulante	2.037.328	1.408.706	2.123.865	1.551.556

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos Estados de origem do crédito.

A Companhia possui ações judiciais, em diversos Estados, que discutem o aproveitamento dos valores de ressarcimento do ICMS/ST decorrentes da venda a consumidor final por valor inferior à base de cálculo presumida de períodos anteriores à repercussão geral dada pelo STF ao tema em 2016, cujo trânsito em julgado é esperado para os próximos meses. Com base no avanço processual do tema, a Companhia fechou o entendimento de que o desfecho favorável para suas ações é praticamente certo, e obteve opiniões legais junto aos seus assessores que confirmam esse entendimento e, sendo assim, reconheceu em 2021 contabilmente os créditos atualizados no montante de R\$ 539.796, sendo R\$ 348.383 de principal e R\$ 191.413 de atualização monetária.

(b) No exercício de 2019 a Companhia obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processos nos quais discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo processos relacionados à discussão do Magazine Luiza S.A. e sua incorporada FS Vasconcelos Ltda. Dois dos processos foram ajuizados no ano 2007, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional em 2002 até o período de 2014, outro processo foi protocolado em 2017 que garante o direito ao crédito para o período pós Lei 12.973/14. O montante registrado para estes processos foi de R\$ 1.190.050, sendo R\$ 713.455 de principal e R\$ 476.595 de atualização monetária.

Também em 2019 transitou em julgado processo da controlada Netshoes sobre o mesmo tema, processo este ajuizado em 2014 e que garante o crédito tributário desde o período de 2009 até 2014, cujo montante registrado foi de R\$ 119.035, sendo R\$ 73.093 de principal e R\$ 45.942 de atualização monetária.

A mensuração dos créditos relacionados a estes processos foi apurada com o apoio de assessores legais e tributários, considerando os períodos acima indicados e o direito da Companhia à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sem qualquer restrição, uma vez que as decisões que transitaram em julgado garantem que todo o ICMS exigido da Companhia deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, não importando a modalidade de cobrança de acordo com os seus assessores jurídicos.

A compensação dos créditos tributários está ocorrendo na medida em que as habilitações via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil são efetuadas.

## 11. Imposto de renda e contribuição social

### *Política contábil*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

### *Imposto corrente*

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

### *Imposto diferido*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

